

PODER

Prefeitos reagem às perdas

Gestores estarão hoje, em Brasília, para se manifestar contra medidas que aumentam despesas e reduzem receitas dos municípios

» RAPHAEL FELICE

Clauber Cleber Caetano/PR



O presidente do CNM, Paulo Ziulkoski, entidade que organiza o protesto contra medidas avalizadas pelos Três Poderes

Cerca de mil prefeitos desembarcam hoje, em Brasília, para protestar contra medidas avalizadas pelos Três Poderes que impactam os cofres de suas localidades. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o potencial de perdas é de R\$ 250,6 bilhões ao ano, levando em conta as alterações já em vigor e as que estão em tramitação. As reuniões começam às 9h, na sede da entidade, e seguem ao longo do dia, incluindo debates com parlamentares no Congresso.

Nos últimos meses, o Parlamento aprovou diversas medidas que aumentaram os gastos de estados e municípios. As mais recentes estimativas da CNM apontam que, entre elevação de despesas e redução das receitas, desde dezembro de 2021, os municípios devem perder cerca de R\$ 73 bilhões ao ano. O temor é que a conta dispare ainda mais com as propostas em andamento.

Entre as medidas classificadas como "pauta grave" pela CNM estão a Emenda Constitucional 120, que reajustou para dois salários mínimos o piso nacional de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, e o Projeto de Lei (PL) 2.564/2020, que instituiu o piso salarial de R\$ 4.750 para profissionais de enfermagem.

Decisões do Poder Executivo também afetam o cofre dos municípios, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em até 35%, com prejuízo estimado de R\$ 6,75 bilhões à arrecadação. O governo federal foi responsável, ainda, por assinar a portaria 67/2022, determinando o reajuste de 34,24% do piso dos professores. A medida prevê aumento dos gastos dos municípios

em cerca de R\$ 30,5 bilhões.

No Poder Judiciário, a pauta que provoca maior impacto é a Lei Complementar 192/2022, fruto da aprovação do PLP 18, que limita em 17% a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo estadual, incidente em combustíveis, energia elétrica, transporte coletivo e telecomunicações. O impacto previsto é de R\$ 22 bilhões. Estados tentam derrubar

a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.164.

"Em termos específicos, as pautas apresentadas se comprometem a reduzir a arrecadação das receitas próprias e receitas de transferências, enquanto os aumentos de despesas se dividem entre aumento do gasto de pessoal e custeio", diz a CNM em documento. "A instituição de encargos financeiros

sob responsabilidade dos municípios, como pisos salariais para as principais carreiras do funcionalismo, impõe mais uma rigidez no orçamento das prefeituras, pois são gastos de caráter continuado, comprometendo cada vez mais recursos públicos para o seu cumprimento."

Sem garantias

A entidade rebate a versão do governo de que estados e

municípios podem arcar com as perdas, pois obtiveram arrecadações extraordinárias nos últimos anos. "No debate atual, os atores políticos têm argumentado que em boa parte das medidas a redução de receita é justificada, já que os entes subnacionais (estados e municípios) têm apresentado arrecadação elevada no período. Não há garantia, contudo, que os resultados excepcionais de arrecadação se sustentem nos próximos anos,

O prejuízo

Impacto máximo com perdas de arrecadação, caso todas as propostas avancem ou não sejam sustadas

Executivo:

R\$ 37,2 bilhões

Legislativo:

R\$ 99 bilhões

Judiciário:

R\$ 114,3 bilhões

pois essa variável é carregada de incerteza e está relacionada com a atividade econômica", ressaltou. "A redução permanente da arrecadação de impostos municipais, logo, pode gerar, em um futuro próximo, em caso de reversão do desempenho da arrecadação, dificuldade do cumprimento dos compromissos com os serviços essenciais pelos entes subnacionais."

Em outra frente, a CNM reivindica o avanço da proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a União de criar encargos financeiros para os entes subnacionais sem a previsão de transferência para o seu custeio (PEC 122/2015). A entidade considera a aprovação da matéria como "fundamental", pois impediria a imposição de novas despesas a serem custeadas pelos municípios sem a devida indicação da fonte de recurso.

Na mira, denúncias contra Bolsonaro

» CRISTIANE NOBERTO

A vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que ouça Roberto Castello Branco, ex-presidente da Petrobras, e Rubem Novaes, ex-presidente do Banco do Brasil, sobre mensagens que, supostamente, incriminam o presidente Jair Bolsonaro (PL).

A procuradora atende, em parte, à manifestação do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O parlamentar pediu o confisco do telefone funcional de Castello Branco para ser periciado. O ex-presidente da Petrobras teria revelado, numa troca de mensagens, uma suposta tentativa de Bolsonaro de interferir na estatal.

Lindôra afirmou não haver "convicção ministerial suficiente para a instauração da investigação pleiteada". Mesmo assim, disse ser necessário o esclarecimento do caso. Ela pede ao STF que Castello Branco seja questionado a respeito de datas, circunstâncias e contextos das mensagens encaminhadas ou recebidas, bem como sobre o motivo de não ter recorrido às autoridades competentes na primeira oportunidade.

Para Rubem Novaes, a oitiva deve abordar o histórico de contato com o ex-presidente da estatal, a natureza da conversa e os supostos fatos e tipos de crimes descritos por Castello Branco.

Lindôra ainda destacou que um dos motivos para as oitivas

é fato de o suposto diálogo revelado não ter sido negado por nenhum dos dois. "Para melhor compreender os fatos trazidos aos autos, faz-se necessária a prestação de informações complementares, a fim de formar um acervo minimamente seguro para o posicionamento do Ministério Público a respeito da possibilidade de instauração de uma investigação criminal com alguma plausibilidade probatória e empiricamente justificável", escreveu.

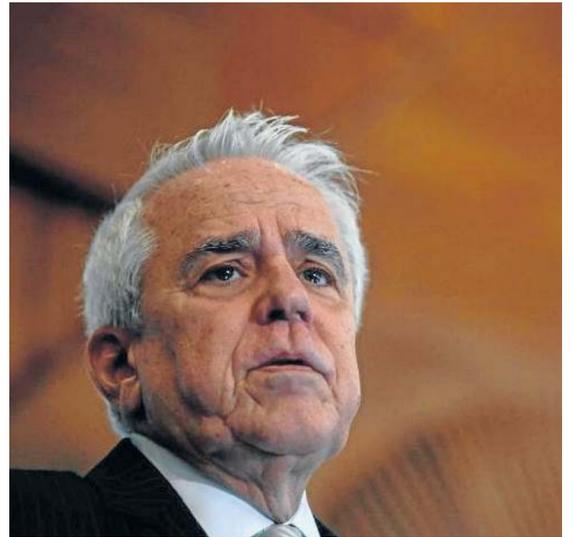
Declarações

Conforme noticiou Valdo Cruz, em seu blog no G1, as mensagens nas quais Castello Branco acusa Bolsonaro de

interferência foram publicadas em um grupo de aplicativo intitulado "Economistas do Brasil". Lá, ele afirmou: "No meu celular corporativo tinha mensagens e áudios que podem incriminá-lo. Fiz questão de devolver intacto para a Petrobras".

Castello Branco havia sido questionado por Novaes, no grupo, sobre desavenças com o presidente. "Se eu quisesse atacar Bolsonaro, não foi e não é por falta de oportunidade. Toda vez que ele produz uma crise, com perdas de bilhões de dólares para seus acionistas (Petrobras), sou insistentemente convidado pela mídia para dar minha opinião. Não aceito 90% deles (convites) e, quando falo, procuro evitar ataques", escreveu.

Mauro Pimentel/AFP



Castello Branco citou interferência do chefe do Executivo na Petrobras

Agência Senado



Pacheco se reunirá com líderes. Governistas tentam adiar comissão

Pacheco deve instalar, hoje, CPI do MEC

Olho em uma vaga

Senadores querem apurar a participação do presidente Jair Bolsonaro no esquema no MEC e ampliar os desdobramentos da investigação. "O que não pode é deixar de investigar, sobretudo depois do argumento de que em ano eleitoral não pode ter CPI. Por que não pode?", afirmou o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que se licenciou do mandato, mas se prepara para reassumir a vaga e compor a CPI. Ele é um dos cotados para presidir o colegiado. "Os caras que vão investigar não vão estar na eleição. Isso é justificativa para não querer investigação", disse Omar Aziz (AM), vice-líder do PSD.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve autorizar, hoje, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ministério da Educação (MEC) para investigar a existência de um gabinete paralelo na pasta.

A oposição espera começar a apuração — com audiências, convocações e quebras de sigilo —, em agosto, no mesmo mês de início da campanha eleitoral, tendo o presidente Jair Bolsonaro (PL) como **alvos das diligências**. Já governistas querem adiar o funcionamento da comissão para depois das eleições, na tentativa de evitar desgastes ao Planalto.

A CPI vai investigar esquema de distribuição de verbas sob ordem dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, que intermediavam encontros com prefeitos e, supostamente, cobravam propina em troca de liberação de recursos para prefeituras, com a anuência do então ministro da Educação, Milton Ribeiro. Os três foram presos pela Polícia Federal em 22 de junho e liberados por decisão da Justiça um dia depois.

Pacheco se reúne, pela manhã, com líderes partidários. O presidente do Senado prometeu ler o requerimento de instalação no plenário, depois desse encontro. O trabalho da CPI só começa efetivamente após indicação de seus integrantes pelos líderes dos partidos.

Pelos cálculos da oposição, os membros serão indicados até o próximo dia 15, mas, como o Congresso entrará em recesso, a comissão só vai escolher presidente, relator e iniciar as reuniões em agosto.

O líder do PSDB, Izalci Lucas (DF) acredita que a reunião de hoje servirá, principalmente, para entender a força do material já apurado. Outro ponto de destaque será a indicação dos membros. "Se tiver sinalização de quem são as pessoas indicadas, se tem uma noção de qual vai ser o encaminhamento (dos trabalhos)", disse. "Se colocar a mesma composição da CPI da Covid, por exemplo, já se sabe que haverá outros objetivos. Há alguns líderes que já avançaram na investigação, e isso também

será apresentado. Com isso, cada líder vai ponderar para decidir, o que não pode é banalizar um instrumento importante como a CPI."

União de comissões

Na semana passada, foi cogitada unir a CPI do MEC à das obras inacabadas. Porém, o líder do governo na Casa, Carlos Portinho (PL-RJ), pretende apresentar, na reunião, um estudo encomendado à consultoria legislativa do Senado para provar que não há probabilidade jurídica de juntá-las. A principal justificativa é que se tratam de fatos, governos e agentes diferentes.

A intenção dos governistas é cobrar de Pacheco que obedeça à ordem de apresentação de requerimentos. À frente da CPI do MEC estão a das obras inacabadas, a de crimes nas fronteiras e a que pretende apurar a atuação de organizações não governamentais (ONGs) na Amazônia. (Agência Estado e Tainá Andrade)